

ANEXO 09

**MINUTA DE PARCERIA POR MEIO DE
CONTRATO DE GESTÃO / NÚMERO /2026**

**PARA PRESTAR OS SERVIÇOS E AÇÕES DE SAÚDE, NO HOSPITAL MUNICIPAL
MATERNIDADE DR.ALUÍSIO FILGUEIRAS.**

O **MUNICÍPIO DE MUQUI**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada à Rua Satyro França, n.95, Muqui-ES, inscrito no CNPJ sob o n°. 27.084.403/0001-82, representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. SÉRGIO LUIS ANEQUIM**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n°, inscrito no CPF sob o n°, residente e domiciliado na Rua, n., bairro Boa Esperança, Muqui-ES, CEP: 29.480-000, e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede Rua Bernardino Monteiro nº96, Muqui-ES(ANEXO), inscrito no CNPJ sob o n. 15.396.287/0001-98, neste ato representado por sua Gestora e Secretária Municipal de Saúde **Sr. JOSÉ MARCOS DE CASTRO**, brasileiro, casado, Comerciante, portadora da CI n°.....SPTC-ES, expedida em/...../ , inscrita no CPF sob o n°, residente e domiciliada na Rua, n°....., Bairro Entre Morros, Muqui-ES, CEP.: 29.480-000, doravante denominados **CONTRATANTES** e de outro lado a Organização da Sociedade de Saúde (nome /.....)

qualificação), doravante denominado **CONTRATADO**, tendo em vista o que dispõe a REQUISICÃO ADMINISTRATIVA, fundamentada pelos artigos da Lei Federal nº 14.133/2021, de de..... de 2021 e alterações posteriores, e ainda em conformidade com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde-SUS, estabelecidos nas Leis Federais nº 8.080/90 e nº 8.142/90, com fundamento na Constituição Federal, em especial no seu artigo 196 e seguintes, **RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO DE GESTÃO** referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no **HOSPITAL MUNICIPAL MATERNIDADE DR.ALUÍSIO FILGUEIRAS**, cujo uso fica permitido pelo período de vigência do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.0 Presente CONTRATO DE GESTÃO tem por objeto a prestação dos serviços de saúde e gestão **do HOSPITAL MUNICIPAL MATERNIDADE DR.ALUÍSIO FILGUEIRAS**, pela CONTRATADA, das atividades e serviços e ações de saúde, em conformidade com o Termo de Referência (anexo 1 do Edital) que integram este instrumento.

1.2.0 Objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

1.3. Fazem parte integrante deste

CONTRATO:

a) **Anexo 01 – Termo de Referência do Edital**

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

2.1. Em cumprimento às suas obrigações, cabe à CONTRATADA, além das obrigações constantes das especificações técnicas nos Anexos e daquelas estabelecidas na legislação referente ao SUS, bem como nos diplomas federal e estadual que regem a presente contratação, as seguintes:

- a) Prestar os serviços de saúde de acordo como especificados no Termo de Referência (Anexo 01) do Edital;
- b) Dar atendimento exclusivo aos usuários do SUS no estabelecimento de saúde cujo uso lhe fora permitido, nos termos da Lei 8.080/98.
- c) Dispor, por razões de planejamento das atividades assistenciais, de informação oportuna sobre o local de residência dos pacientes atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando o local da residência.
- d) Responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis objetos de permissão de uso, estabelecido em Termo Próprio, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;
 - I. A responsabilidade de que trata o item anterior estende-se aos casos de danos causados por falhas relativas à prestação dos serviços, nos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- e) Restituir, em caso de desqualificação, ao Poder Público, o saldo dos recursos líquidos resultantes dos valores dele recebidos, bem como saldo de conta aplicação.
- f) Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público;
- g) Comunicar à instância responsável da CONTRATANTE todas as aquisições de bens móveis e eventuais obras que forem realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua ocorrência, com a apresentação de comprovantes fiscais em prestação de contas para serem devidamente inseridos no Patrimônio do Município.
- h) Transferir, integralmente à CONTRATANTE em caso de desqualificação e consequente extinção da Organização Social de Saúde, o patrimônio, os Legados ou doações que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde.
- i) Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto desta avença;

- j) Instalar "Serviço de Atendimento ao Usuário" (SAU) devendo encaminhar à Secretaria Municipal de Saúde relatório mensal de suas atividades, conforme o disposto nos Anexos deste Contrato de Gestão;
- k) Manter, em perfeitas condições de uso, os equipamentos e instrumental necessários para a realização dos serviços contratados;
- l) Em se tratando de serviço de remoção informar, sempre que solicitado, à CONTRATANTE, o local para onde foi encaminhado o paciente e o profissional responsável que acompanhou.
- m) Em se tratando de serviços exclusivamente ambulatoriais, integrar o Serviço de Marcação de Consultas instituído pela Secretaria Municipal de Saúde, se está assim o definir;
- n) Adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de saúde cujo uso lhe fora permitido, seguido pelo nome designativo "Organização Social de Saúde";
- o) Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato;
- p) Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ressalvados os prazos previstos em lei;
- q) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, exceto nos casos de consentimento informado, devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Consentido, quando deverá haver manifestação expressa de consentimento do paciente ou de seu representante legal, por meio de termo de responsabilidade pelo tratamento a que será submetido;
- r) Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços;
- s) Afixar aviso, em lugar visível, de sua condição de entidade qualificada como Organização Social de Saúde, e de gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- t) Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Contrato.
- u) Em se tratando de serviço de hospitalização, permitir a visita ao paciente internado, diariamente, respeitando-se a rotina do serviço, por período mínimo de 02 (duas) horas;
- v) Esclarecer os pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- w) Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, devendo o paciente ou responsável legal assinar o termo de recusa, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- x) Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;
- y) Assegurar aos pacientes o direito de serem assistidos, religiosa e espiritualmente por ministro de qualquer culto religioso, respeitando-se a rotina do serviço;
- z) Em se tratando de serviço de hospitalização, possuir e manter em pleno funcionamento:

- I. Comissão de Prontuário Médico;
- II. Comissão de Óbitos;
- III. Comissões de Controle de Infecção Hospitalar;
- IV. Núcleo de Segurança do paciente;

aa) Fornecer quando solicitado pelo paciente atendido e encaminhado para unidade hospitalar, por ocasião de sua saída, seja no Ambulatório, ou Unidade Hospitalar, relatório circunstanciado do atendimento prestado, denominado "INFORME DE ATENDIMENTO", do qual devem constar, no mínimo, os seguintes dados:

- I. Nome do paciente;
- II. Nome da Unidade de atendimento;
- III. Localização do Serviço/Hospital (endereço, município, estado);
- IV. Motivo do atendimento (CID-10);
- V. Data de admissão e data da alta (em caso de internação)
- VI. Procedimentos realizados.

bb) Colher a assinatura do paciente, ou de seus representantes legais, na segunda via do relatório a que se refere o item "aa" desta cláusula, arquivando-a no prontuário do paciente, pelo prazo de 05 (cinco) anos, observando-se as exceções previstas em lei;

cc) Em se tratando de serviço de hospitalização assegurar a presença de um acompanhante, em tempo integral, no hospital, nas internações de gestantes, crianças, adolescentes e idosos, com direito a alojamento e alimentação, respeitando-se a rotina do serviço;

dd) A remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais de Saúde não poderão exceder os níveis de remuneração praticados na rede privada de saúde, observando-se a média de valores de, pelo menos 03 (três) instituições de mesmo porte e semelhante complexidade em pesquisa salarial existente no mercado.

ee) Receber, mediante termo próprio de cessão, observado o interesse público, servidores públicos efetivos, para terem exercício no **Hospital Municipal Maternidade Dr. Alúísio Filgueiras**, nos termos da Legislação Vigente.

ff) Assumir e iniciar a gestão do **Hospital Municipal Maternidade Dr. Alúísio Filgueiras**, nos termos deste contrato, na data de 06 (seis) de abril de 2019, devendo até tal data iniciar/realizar a seleção de pessoal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, a CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Prover a CONTRATADA dos meios necessários à execução do objeto deste Contrato;
- b) Programar no orçamento do Município, no exercício correspondente ao da assinatura do presente Contrato, os recursos necessários, nos elementos financeiros específicos para custear a execução do objeto contratual, de acordo com o sistema de pagamento previsto no Termo de Referência (anexo 01 do Edital), que integra este instrumento;
- c) Permitir o uso dos bens móveis e imóveis, mediante a edição de Decreto e celebração dos correspondentes termos de permissão de uso e sempre que uma nova aquisição lhe for comunicada pela CONTRATADA;
- d) Inventariar e avaliar os bens referidos no item anterior desta cláusula,

anteriormente à formalização dos termos de permissão de uso;

e) A CONTRATANTE arcará com as obrigações salariais e patronais desses servidores públicos efetivos cedidos a CONTRATADA, entendendo-se por obrigações salariais e patronais: salário mensal, 1/3 férias, 13º salário, encargos previdenciários patronais; sendo que tais valores serão pagos pela CONTRATANTE e que no último dia de cada mês o setor de RH enviará ficha financeira com o cálculo e com a identificação do servidor (nome, matrícula, cargo mês de referência), e o detalhamento de cada uma das verbas salariais a serem ressarcidas, sendo que os valores pagos pela CONTRATANTE serão ser descontados na próxima parcela a ser pago à CONTRATADA.

f) Ficarão assegurados ao servidor público cedido todos os demais benefícios previstos na legislação, que serão custeados e garantidos exclusivamente pela CONTRATANTE.

g) A cessão de servidores públicos efetivos observará, ainda, os seguintes critérios:

I. A cessão deverá ser previamente comunicada à CONTRATADA, indicando nome do servidor, cargo/função, carga horária e valor dos vencimentos a serem abatidos;

II. É facultado às partes, em conformidade com seus respectivos interesses e conveniências, interromper a cessão, comunicando-se mutuamente com antecedência de 30 (trinta) dias, ficando a CONTRATANTE obrigada a dar nova lotação ao(s) servidor(es) público(s);

III. O servidor cedido deverá seguir as normas estabelecidas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, obedecendo a rotina disposta no competente termo de cessão.

CLÁUSULA QUARTA - DA AVALIAÇÃO

4.1. A Comissão de Avaliação da Execução do Contrato de Gestão, será constituída em conformidade com a Legislação Vigente, nomeada através Portaria, e procederá à verificação MENSAL do desenvolvimento das atividades e retorno obtido pela Organização Social de Saúde com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado da documentação apresentada nas prestações de contas, encaminhando cópia ao Chefe do Executivo Municipal e ao Conselho Municipal de Saúde. Toda avaliação terá como parâmetro o descrito no Termo de Referência anexo 01 do Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- A verificação de que trata o "caput" desta cláusula, relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas para a CONTRATADA, aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos no Termo de Referência no Sub-Anexo 1 A, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades, os quais serão consolidados e apresentados a instância responsável da CONTRATANTE e encaminhados aos membros da Comissão de Avaliação da Execução do Contrato de Gestão em tempo hábil para a realização da avaliação bimestral.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão referida nesta cláusula, deverá elaborar relatório bimestral e ao final do

referido contrato relatório conclusivo, sobre a avaliação da prestação de contas, incluindo a verificação do cumprimento das diretrizes e metas definidas para a CONTRATADA;

PARÁGRAFO TERCEIRO- Os relatórios mencionados nesta cláusula deverão ser encaminhados a Secretaria Municipal da Saúde para subsidiar a decisão do Prefeito Municipal acerca da manutenção da qualificação da entidade como Organização Social de Saúde;

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O presente CONTRATO DE GESTÃO terá validade de 05 (cinco) anos, renovável por até igual período e outra prorrogação de acordo com prazo limite da Legislação vigente, por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, se atingidas pelo menos 70% (oitenta por cento) das metas definidas constantes no contrato de gestão

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de vigência contratual estipulado nesta cláusula não exime a CONTRATANTE da comprovação da existência de recursos orçamentários para a efetiva continuidade da prestação dos serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, especificados no Termo de Referência Anexo 01 do Edital, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, no prazo e condições constantes neste instrumento, bem como no Sistema de Pagamento, a importância estimada de R\$ () por mês, totalizando o valor global de R\$..... ().

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Do montante global mencionado no "caput" desta cláusula, o valor de R\$ () corresponde a este **exercício financeiro de 2025, na dotação 33903900000 - Secretaria Municipal de Saúde - FMS, Projeto/atividade: 005004.1030200282.080, Manutenção das atividades para funcionamento de média e alta complexidade, ficha orçamentária:0000294, fonte de recurso: 12110000-12120000 (outros serviços de terceiros - pessoa jurídica) e demais itens e dotações constantes do item 04 do termo de referência, cujo repasse dar-se-á na modalidade CONTRATO DE GESTÃO.**

PARÁGRAFO SEGUNDO - PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos repassados à CONTRATADA serão exclusivamente movimentados a partir de conta bancária a ser aberta para o presente contrato, sendo a abertura da conta realizada em banco indicado pelo Município de Muqui-ES. A movimentação da conta bancária será de uso exclusivo para movimentação dos recursos provenientes do presente contrato de gestão.

A movimentação da conta bancária deverá realizar-se, exclusivamente, mediante:

- Ordem bancária com identificação do destinatário; - Transferência eletrônica com identificação do destinatário; - Transferência para aplicação no mercado financeiro.

Toda movimentação de recursos financeiros deverá ser acompanhada da destinação e respectivo beneficiário / credor. Sendo expressamente vedada a utilização de cartões de débito/crédito para movimentação da conta, bem como saques em dinheiro (movimentações em espécie);

A CONTRATADA deverá disponibilizar extratos bancários mensais junto as prestações de contas, e manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas, sendo que as cópias destes também deverão compor as prestações de contas bimestrais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os saques dos recursos serão efetuados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, sendo que os saldos não utilizados serão obrigatoriamente aplicados:

- a) Em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 30 (trinta) dias;
- b) Em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos inferiores a 30 (trinta) dias, cuja liquidez não prejudique a consecução do objeto deste convênio, nos prazos pactuados.

PARÁGRAFO QUARTO - Os rendimentos auferidos na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computados a crédito do Convênio e utilizados, exclusivamente, na execução do respectivo objeto, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá seguir a planilha de despesas e custeio (ANEXO 1-C do termo de referência), quanto a geração e valores de despesas financeiras do contrato de gestão.

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1.** A transferência à CONTRATADA será efetivada mediante a liberação de um total de (.....) parcelas, cujo valor mensal corresponde a um valor máximo de R\$. (.....) sendo deste valor abatido os vencimentos dos servidores efetivos devidamente cedidos através de termo próprio, assim como as metas não atendidas conforme estabelecido no termo de referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As parcelas mensais serão pagas até o 15º dia útil de cada mês e a primeira será efetivada até dia..... de de 2025, que Será depositada em conta aberta pela CONTRATADA para esse fim, em Agencia Bancária do Município CONTRATANTE.

CLAUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. As prestações de contas deverão ser realizadas de acordo com a Legislação vigente em especial INSTRUÇÃO NORMATIVA TC Nº 42, DE 15 DE AGOSTO DE 2017 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo que faz parte integrante do

presente Contrato de Gestão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO Ficará obrigada a apresentar a Prestação de Contas Mensal do total dos recursos recebidos, que será constituída do relatório de cumprimento do objeto e demais exigências contidas na Lei Federal nº. 13.019/2014 e na Lei Federal nº. 13.204/2015.

PARÁGRAFO SEGUNDO Ficará ainda obrigada de realizar prestação de contas parcial sempre que solicitada pela Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A prestação de contas final será apresentada em até 60 (sessenta) dias a contar do término da vigência do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1. O presente CONTRATO DE GESTÃO poderá ser aditado, alterado, parcial ou totalmente, mediante prévia justificativa por escrito que conterá a declaração de interesse de ambas as partes e deverá ser avaliado pelo Secretário Municipal da Saúde e autorizado pelo Prefeito Municipal. Em caso de comprovada necessidade, ambas as partes poderão a qualquer tempo solicitar reequilíbrio econômico-financeiro deste contrato de gestão, visando atender a qualidade dos serviços à população e realização de benfeitorias necessárias ao funcionamento do hospital objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. A rescisão do presente Contrato obedecerá às disposições contidas nos artigos à da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Verificada qualquer hipótese ensejadora da rescisão contratual, o Poder Executivo providenciará a imediata revogação da permissão de uso dos bens públicos, a cessação dos afastamentos dos servidores públicos colocados à disposição da CONTRATADA, não cabendo à entidade de direito privado sem fins lucrativos direito a qualquer indenização.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de rescisão unilateral por parte da CONTRATADA, a mesma se obriga a continuar prestando os serviços de saúde ora contratados, por um prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados a partir da denúncia do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO- A CONTRATADA terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da rescisão do Contrato, para quitar suas obrigações e prestar contas de sua gestão à CONTRATANTE, ficando a contratante obrigada a efetuar o repasse/pagamento de eventual valor proporcional do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA- DAS PENALIDADES

11.1. A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste contrato e seus Anexos, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções

previstas nos artigos da Lei federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores, combinado com o disposto no § 2º do artigo 7º da Portaria nº 1286/93, do Ministério da Saúde, quais sejam:

- a. **Advertência;**
- b. **Multa;**
- c. **Suspensão temporária de participar de licitações e de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;**
- d. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificada a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b".

PARÁGRAFO TERCEIRO - Da aplicação das penalidades a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias para interpor recurso, dirigido ao Secretário Municipal de Saúde.

PARÁGRAFO QUARTO - O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à CONTRATADA e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto contratual, garantindo-lhe pleno direito de defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito da CONTRATANTE exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. É vedada a cobrança direta ou indireta ao paciente por serviços médicos, hospitalares ou outros complementares referentes à assistência a ele prestada, sendo lícito à CONTRATADA, no entanto, buscar o ressarcimento a que se refere o artigo 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, nas hipóteses e na forma ali prevista.

12.2. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidas pela CONTRATANTE sobre a execução do presente Contrato, a CONTRATADA reconhece a prerrogativa de controle e autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS- Sistema Único de Saúde, decorrente da Lei nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo, ou de notificação dirigida à CONTRATADA.

12.3. A CONTRATADA poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa apresentada à Secretaria Municipal da Saúde e ao Município, propor a devolução de bens ao Poder Público Municipal, cujo uso fora a ela permitido e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA- DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

13.1. Será publicado na imprensa Oficial do Município e do Estado, no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Muqui, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Muqui-ESde..... de 2026.

SÉRGIO LUIS ANEQUIM
Prefeito Municipal de Muqui-ES
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF

JOSÉ MARCOS DE CASTRO
Secretário Municipal de Saúde de Muqui-ES

2. _____
CPF

CONTRATADA

OBS: INSERIR PARAGRAFO COM ALUSÃO AS DATAS ESTIPULADAS, EM QUE AS MESMAS PODERAO SOFRER ALTERAÇÕES NA SUA PUBLICAÇÃO ORIGINAL ;DE ACORDO COM O SETOR COMPETENTE.